

**DESIGUALDADE, POBREZA E
RENDA: ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
MIGRANTES NO PARANÁ**

*INEQUALITY, POVERTY, AND INCOME:
ANALYSIS OF MITIGATION STRATEGIES
OF PUBLIC POLICIES FOR MIGRANTS IN
PARANÁ*

*INÉGALITÉ, PAUVRETÉ ET REVENU :
ANALYSE DES STRATÉGIES
D'ATTÉNUATION DES POLITIQUES
PUBLIQUES POUR LES MIGRANTS AU
PARANÁ*

Dieugo Pierre

Bacharel e Licenciando em Geografia pela Universidade
Federal do Paraná (UFPR)

Email.: pdone1708@gmail.com

Resumo:

O artigo investiga como as políticas públicas estão lidando com os desafios das comunidades imigrantes em termos de desigualdade, pobreza e falta de renda, com foco no Paraná e seu alinhamento com os ODS 1, 10 e 11. A metodologia inclui uma revisão de literatura e uma análise dos Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes. Dois estudos foram analisados sob a perspectiva dos ODS, além de uma pesquisa de 2021 sobre o impacto socioeconômico da Covid-19 na comunidade haitiana em Curitiba. Os dados resultaram em recomendações para políticas mais inclusivas no Paraná, destacando a importância de promover a inclusão e o bem-estar das comunidades imigrantes. O artigo faz um apelo por uma avaliação criteriosa da implementação desses planos para melhorar as condições dos migrantes e garantir seu apoio para uma integração bem-sucedida na sociedade paranaense.

Palavras-chave: Ações governamentais, Desenvolvimento sustentável, Migração.

Abstract:

The article investigates how public policies are addressing the challenges faced by immigrant communities in terms of inequality, poverty, and lack of income, focusing on Paraná and its alignment with SDGs 1, 10, and 11. The methodology includes a literature review and an analysis of the State Plans for Policies of Attention to Refugees and Migrants. Two studies were analyzed from the perspective of the SDGs, in addition to a 2021 survey on the socioeconomic impact of Covid-19 on the Haitian community in Curitiba. The data resulted in recommendations for more inclusive policies in Paraná, highlighting the importance of promoting inclusion and well-being of immigrant communities. The article calls for a thorough evaluation of the implementation of these plans to improve the conditions of migrants and ensure their support for successful integration into Paraná society.

Keywords: Governmental actions, Migration, Sustainable development.

Résumé:

L'article examine comment les politiques publiques abordent les défis des communautés immigrées en termes d'inégalité, de pauvreté et de manque de revenu, en se concentrant sur le Paraná et son alignement avec les ODD 1, 10 et 11. La méthodologie comprend une revue de la littérature et une analyse des Plans d'État pour les politiques d'Attention aux Réfugiés et Migrants. Deux études ont été analysées du point de vue des ODD, ainsi qu'une enquête de 2021 sur l'impact socio-économique de la Covid-19 sur la communauté haïtienne à Curitiba. Les données ont abouti à des recommandations pour des politiques plus inclusives dans le Paraná, soulignant l'importance de promouvoir l'inclusion et le bien-être des communautés immigrées. L'article appelle à une évaluation rigoureuse de la mise en œuvre de ces plans pour améliorer les conditions des migrants et garantir leur soutien pour une intégration réussie dans la société paranaise.

Mots-clés: Actions gouvernementales, Développement durable, Migration.

Introdução

O aumento significativo do número de imigrantes no Brasil, especialmente da Venezuela e do Haiti, nos últimos anos, tem desencadeado uma série de reflexões sobre os impactos socioeconômicos e as necessidades emergentes dessas populações. Conforme evidenciado pelo relatório de 2023 da ObMigra, entre 2012 e 2022 houve um notável crescimento no registro de imigrantes no Sistema de Cadastro Único (CadÚnico), sinalizando mudanças demográficas e sociais substanciais. Este aumento expressivo na imigração venezuelana e haitiana reflete não apenas as crises políticas e econômicas nesses países de origem, mas também os desafios enfrentados pelos imigrantes ao buscarem oportunidades de vida digna no território brasileiro.

Nesse contexto, torna-se essencial analisar como as políticas públicas, especialmente no estado do Paraná, estão respondendo a esses desafios e trabalhando para mitigar os efeitos da desigualdade, pobreza e falta de renda entre as comunidades de migrantes. Este estudo, portanto, propõe-se a investigar as estratégias adotadas pelo estado para enfrentar essas questões, considerando a abordagem da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1, em particular, fornecem um quadro relevante para entender e abordar os desafios enfrentados pelos imigrantes, destacando a necessidade de reduzir as desigualdades, criar cidades inclusivas e sustentáveis, e erradicar a pobreza em todas as suas formas.

Além disso, este estudo baseia-se em pesquisas anteriores, incluindo estudos realizados em 2022 e 2023, que investigaram as condições socioeconômicas dos imigrantes haitianos na capital paranaense. Também se apoia em dados de uma pesquisa realizada

em 2021 pelo autor como parte de uma bolsa de iniciação científica do programa IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Integrando esses dados com a análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), busca-se obter uma compreensão mais aprofundada de como as políticas públicas no Paraná estão alinhadas com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto da migração. Ao identificar lacunas e oportunidades de melhoria, este estudo visa contribuir para garantir que os imigrantes sejam efetivamente incluídos nas metas estabelecidas pela ONU, promovendo assim uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Procedimentos Metodológicos

Conforme Sousa (2021) destaca, a pesquisa científica inicia-se com uma revisão bibliográfica, na qual o pesquisador explora trabalhos previamente publicados relacionados ao tema em questão. Essa etapa assume um papel vital ao permitir a identificação de estudos anteriores, facilitando a formulação do problema de pesquisa e a escolha do método mais apropriado. Além disso, a revisão bibliográfica desempenha um papel essencial na estruturação da pesquisa, oferecendo uma compreensão mais aprofundada do assunto em análise. É importante ressaltar a importância da organização das obras selecionadas durante essa fase, pois isso contribui significativamente para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a revisão bibliográfica demanda um investimento relevante de estudo e análise por parte do pesquisador, visando reunir e examinar textos publicados com o intuito de fundamentar o trabalho científico.

Autores como Severino (2007) ressaltam que a pesquisa bibliográfica se fundamenta em material já existente, como livros e artigos científicos, utilizando os dados teóricos registrados por outros pesquisadores como uma fonte valiosa para a investigação. A citação de Severino (2007) ilustra como os textos provenientes de pesquisas anteriores se tornam fontes essenciais para os temas a serem explorados, fornecendo contribuições fundamentais para o desenvolvimento do estudo atual. Por sua vez, Fonseca (2002) enfatiza que algumas pesquisas científicas se baseiam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, buscando referências teóricas publicadas para coletar informações ou conhecimentos prévios sobre o problema em questão.

Assim, a metodologia deste estudo é fundamentada em uma revisão da literatura seguida pela seleção de estudos relevantes. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa abrangente para identificar estudos pertinentes sobre a situação dos imigrantes no Brasil. Com base nessa revisão, dois estudos foram selecionados por oferecerem dados detalhados sobre o tema em questão. Os dados foram então extraídos desses estudos, abrangendo informações sobre emprego, condições de moradia e situação econômica dos imigrantes - elementos cruciais para análise dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Adicionalmente, os dados provenientes de uma pesquisa realizada em 2021 pelo autor, como parte de uma bolsa de iniciação científica pelo programa IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, investigaram o impacto socioeconômico da pandemia de Covid-19 sobre os imigrantes haitianos em Curitiba. A pesquisa foi conduzida através da aplicação de um questionário disponibilizado via formulário online na plataforma Google Forms. Os formulários foram

distribuídos e permaneceram acessíveis para respostas durante os meses de junho e julho de 2021. O questionário, composto por 29 questões, incluía 21 questões de escolha múltipla e 8 questões abertas, às quais 34 participantes responderam.

Os questionários foram distribuídos por meio de redes sociais e e-mails. A amostra de 34 participantes foi considerada adequada dentro do escopo exploratório da pesquisa, permitindo obter uma visão sobre o tema. No entanto, é importante destacar que essa amostra não permite generalizar os resultados para toda a população imigrante, servindo mais como base para identificar tendências e levantar hipóteses. Além disso, os canais online para a distribuição do questionário podem ter excluído imigrantes com menor acesso à internet ou menor familiaridade com tecnologias digitais. Portanto, esse número de participantes deve ser entendido dentro do contexto da pesquisa, não representando a totalidade dos imigrantes, mas oferecendo visões valiosas sobre suas experiências e percepções.

A análise dos dados foi conduzida com base nos ODS 10, 11 e 1. As variáveis trabalho, moradia ou situação econômica foram contextualizadas em relação aos objetivos específicos desses ODS, proporcionando uma compreensão mais profunda da intersecção entre a migração e os princípios de desenvolvimento sustentável. A interpretação dos resultados foi realizada à luz dos mesmos ODS, com o objetivo de compreender como as Estratégias de Mitigação das Políticas Públicas para Migrantes no Paraná contribuem para a progressão em direção a esses objetivos de desenvolvimento sustentável.

Esse processo permitiu a identificação de implicações e recomendações políticas e práticas para promover melhorias na situação dos imigrantes na Capital Paraná. Essas conclusões

embasaram sugestões de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis às comunidades imigrantes, assegurando que os objetivos de desenvolvimento sustentável se tornem realidade para essas comunidades. Seguindo esses passos, foi possível conduzir uma análise dos dois Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes do Estado do Paraná, interpretando-os à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1. Isso proporcionou reflexões valiosas para melhorar as políticas e práticas destinadas a aprimorar a situação das comunidades imigrantes no Paraná e avançar em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Desigualdade, pobreza e renda: impactos no cotidiano dos imigrantes

Os estudos anteriores de Pierre (2022), intitulado "Migração e Segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba", de Pierre (2023), intitulado "Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022", e de Leão et al. (2018), "La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos" investigaram por que certas comunidades de imigrantes estão entre os grupos em situação de desigualdade, pobreza e baixa renda na sociedade brasileira, atribuindo isso às disparidades existentes, especialmente no mercado de trabalho. Essas desigualdades são evidenciadas pela discrepância salarial e pela natureza precária dos empregos ocupados por esses grupos, que geralmente requerem menos habilidades especializadas e, portanto, oferecem salários mais baixos (Borges, 2020; Schubert e Ramina, 2020).

Além disso, suas circunstâncias são caracterizadas pela escassez de recursos financeiros, falta de oportunidades e restrições de escolha. Compreender essa complexidade é determinante para estabelecer metas eficazes para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Também é importante notar que durante o período de 2020-2021, durante a pandemia, a situação de pobreza desses grupos de imigrantes, especialmente haitianos, evoluiu, passando de meramente sobreviver para incluir aspectos como conforto e bem-estar (Borges, 2020; Schubert e Ramina, 2020).

Ao considerar o bem-estar social como uma prioridade, reconhece-se não apenas a importância de aliviar a pobreza material, mas também de criar um ambiente onde todos tenham seus direitos respeitados e possam realizar seu potencial máximo. Esse enfoque não apenas beneficia os indivíduos, mas também fortalece os laços sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. No entanto, é preocupante observar que o acesso ao bem-estar social ainda é limitado para vários grupos de imigrantes, especialmente para as comunidades haitianas. Essa realidade se destaca nos bairros periféricos de Curitiba, a capital do Paraná, onde as iniciativas de reforma urbana muitas vezes não abordam os diversos problemas sociais enfrentados por essas comunidades. Isso resulta no aprofundamento das desigualdades no tecido social da capital paranaense (Pochmann, 2004).

Para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é essencial considerar vários fatores cruciais, como oportunidades de emprego, renda e acesso a moradia adequada, entre outros. Infelizmente, esses aspectos têm representado grandes obstáculos para o progresso em direção aos ODS em muitas comunidades brasileiras. Conforme discutido por Soares (2021), as

desigualdades sociais se manifestam quando certos grupos desfrutam de privilégios de acesso a determinados espaços e oportunidades, enquanto outros são marginalizados. Essa dinâmica não só intensifica, mas também perpetua a segregação socioespacial e econômica. Nesse contexto, Salata e Ribeiro (2023) apontam que, no Brasil, a pobreza é uma consequência direta da desigualdade, impedindo a participação efetiva de uma parcela considerável da população na sociedade. Além disso, a pobreza vai além da falta de recursos materiais, englobando também a exclusão social e a incapacidade de engajamento ativo na vida da sociedade.

Compreender como esses fatores se convertem em obstáculos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é importante para facilitar a inclusão e aprimorar as condições de vida nas comunidades brasileiras, sobretudo as dos imigrantes no Paraná. Essa compreensão é fundamental para elaborar estratégias que possam promover a realização desses objetivos nessas comunidades, proporcionando a todos a oportunidade de desfrutar do bem-estar social. Ao explorar os diversos fatores que contribuem para esse problema, é essencial destacar a falta de políticas públicas eficazes no processo de integração socioespacial e econômica dessas comunidades imigrantes nos territórios urbanos paranaenses, como é evidenciado em Curitiba.

Os territórios urbanos são palcos de uma interação complexa entre diferentes grupos socioeconômicos, o que frequentemente resulta em disparidades profundas. Em muitas situações, vê-se uma concentração de recursos em certas comunidades, enquanto outras enfrentam marginalização e privação de serviços essenciais. Compreender essa dinâmica é fundamental para promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades. Isso

significa garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso igualitário aos benefícios do progresso sustentável. Essa abordagem não só visa alcançar justiça social, mas também fortalecer os laços e a resiliência da comunidade como um todo. Ao garantir que todos tenham a chance de participar plenamente da vida urbana e se beneficiar das melhorias, está-se construindo uma sociedade mais coesa e sustentável para o futuro (Cabral, 2018; Ribeiro e Beloto, 2020).

Ao discutir questões como justiça social, coesão e resiliência da sociedade, a desigualdade socioeconômica no Brasil atribui uma responsabilidade determinante ao Estado brasileiro na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa responsabilidade implica a implementação de políticas públicas compensatórias, destinadas a ajudar aqueles que sofrem as consequências do atual modelo de organização social, caracterizado pela desigualdade em seu território. Tais políticas públicas devem ser concebidas levando em consideração o nível de desigualdade existente, com o objetivo de promover uma maior justiça e dignidade social dentro dessa estrutura. O propósito é a distribuição de riqueza, de direitos e reduzir as tensões sociais. A implementação eficaz dessas ações deve interromper o ciclo de marginalização que afeta certos grupos de cidadãos, abolindo a aceitação das desigualdades sociais e impedindo a perpetuação das disparidades baseadas em privilégios legalizados. Isso contribuirá para uma sociedade mais coesa, eliminando a exclusão de cidadãos historicamente marginalizados e permitindo-lhes participar plenamente da riqueza e do direito à cidade (Holston, 2013).

Desafios na busca dos ODS da ONU para as populações imigrantes

Segundo as Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um apelo global à ação, com o objetivo de erradicar a pobreza, impulsionar o aumento de renda, acesso à habitação segura e adequada, preservar o meio ambiente, combater as mudanças climáticas e muito mais. Além disso, buscam assegurar que todas as pessoas, em qualquer parte do mundo, tenham a oportunidade de viver em paz e prosperidade. Um desses ODS, o 11, estabelece metas ambiciosas para o futuro. Até 2030, busca garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, além de serviços básicos, e urbanizar as favelas. Também pretende aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, bem como fortalecer o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis (Nações Unidas, 2023).

Essas metas refletem um compromisso global com o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Incluem a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades até 2030, com foco na qualidade do ar e na gestão de resíduos municipais. Além disso, até 2030, busca-se aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotam e implementam políticas e planos integrados para a inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como a resiliência a desastres (Nações Unidas, 2023).

O ODS 10 enfoca o objetivo de aumentar a renda de forma gradual e sustentável para os 40% mais pobres da população mundial. Além disso, visa fortalecer a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente de características como raça, etnia, origem, etc., bem como sua situação econômica.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável garantir igualdade de oportunidades e reduzir as disparidades. Isso implica abolir leis, políticas e práticas discriminatórias e implementar medidas apropriadas para esse fim. Políticas salariais e de proteção social são necessárias para promover uma maior equidade de forma gradual. Facilitar a migração e a mobilidade de pessoas de maneira organizada e segura também é importante, o que inclui a implementação de políticas de migração bem planejadas e gerenciadas (Nações Unidas, 2023).

O ODS 1 estabelece como meta a erradicação da pobreza extrema até 2030, definida atualmente como aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. Além disso, busca-se reduzir pela metade, até 2030, a proporção de homens, mulheres e crianças que vivem na pobreza. Para alcançar esses objetivos, é decisivo implementar medidas e sistemas de proteção social adequados, garantindo uma cobertura substancial para os pobres e vulneráveis (Nações Unidas, 2023).

É fundamental assegurar que todos, especialmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outros recursos. Essas ações são essenciais para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, visando garantir que ninguém seja deixado para trás no caminho rumo a um mundo livre da pobreza extrema (Nações Unidas, 2023).

Além disso, é importante construir a resiliência dos pobres e vulneráveis, reduzindo sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados ao clima e outros choques econômicos, sociais e ambientais até 2030. Essas medidas são essenciais para criar um mundo mais justo e equitativo, onde todos tenham a oportunidade de

viver com dignidade e prosperidade. Ao fortalecer a capacidade das comunidades de lidar com crises e adversidades, pode-se garantir que ninguém seja excluído durante a jornada em direção ao progresso sustentável (Nações Unidas, 2023).

Isso demanda o estabelecimento de marcos políticos sólidos em níveis local, nacional e regional, baseados em estratégias de desenvolvimento sensíveis a raça, etnia, gênero e direcionadas para os pobres, para apoiar investimentos acelerados na erradicação da pobreza. Essas ações representam pilares fundamentais para impulsionar melhorias significativas na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas, independentemente de sua origem e onde vivam. Essas metas não são apenas aspirações, mas sim compromissos globais que exigem a atenção e a colaboração de governos, sociedade civil e indivíduos em toda a sociedade. Para construir uma sociedade mais saudável e equitativa para todos, é fundamental a ação conjunta e colaborativa de todos os setores da sociedade. O alcance dessas metas terá um impacto duradouro na promoção do bem-estar em escala nacional. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um compromisso para alcançar um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos (Nações Unidas, 2023).

No entanto, à medida que se avança na busca por essas metas ambiciosas, é importante reconhecer que certas comunidades, como as dos imigrantes, enfrentam desafios únicos que frequentemente são deixados de lado nas estratégias de implementação dos ODS. Essas comunidades enfrentam dificuldades para acessar recursos econômicos, serviços básicos e direitos iguais. Portanto, é essencial que esses desafios sejam abordados de forma inclusiva, garantindo que ninguém seja deixado para trás na busca do desenvolvimento sustentável e equitativo.

A migração, já um fenômeno complexo, é muitas vezes agravada por questões como desigualdade econômica e conflitos sociais, exigindo abordagens sensíveis e direcionadas para garantir que as comunidades imigrantes se beneficiem dos esforços de desenvolvimento sustentável. Embora os ODS 10, 11 e 1 tenham estabelecido metas claras e prazos para sua realização, a falta de estratégias coesas por parte dos Estados dirigidas aos imigrantes muitas vezes dificulta a tradução dessas metas em ações concretas e mensuráveis nas comunidades imigrantes. Isso resulta em um cenário em que os ODS permanecem como meras aspirações, sem um impacto tangível na vida dessas pessoas que mais precisam. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem mais inclusiva e equitativa na busca pelos ODS, garantindo que todas as comunidades imigrantes sejam ativamente envolvidas e beneficiadas pelo processo de desenvolvimento sustentável. Isso requer uma atenção especial para as necessidades específicas dessas comunidades e o desenvolvimento de políticas e programas que abordem suas preocupações de forma eficaz (Rocha, 2020).

Além disso, enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam garantir um futuro sustentável para todas as comunidades, através de uma abordagem inclusiva e equitativa, o conceito de território, conforme destacado por Haesbaert (2008) e Saquet (2009), enfatiza que o território é o resultado das interações entre sociedade e natureza. Isso significa que as ações para alcançar os ODS devem considerar não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e econômicas que ocorrem dentro do território. Além disso, a preservação da natureza é fundamental para garantir a sustentabilidade, pois ela é essencial para a reprodução biológica e social do ser humano. Portanto, a busca

pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1 deve levar em conta as dinâmicas territoriais, reconhecendo a interconexão entre sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável. Isso implica em adotar uma abordagem holística que valorize não apenas o crescimento econômico, mas também a proteção do meio ambiente e a promoção de relações sociais justas e equitativas. Essa abordagem integrada é essencial para garantir a sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Olhando o território sob essa perspectiva, Besen et al. (2020) destacam que alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável requer que as instituições elaborem estratégias considerando as interações entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos do território. Isso envolve a formação de parcerias entre entidades governamentais, empresariais e sociais para criar estratégias eficazes e eficientes para aproveitar ao máximo as potencialidades do território, visando à melhoria da qualidade de vida. Essa perspectiva abrangente e cooperativa é essencial para assegurar que as diretrizes e propostas aplicadas sejam capazes de fomentar o bem-estar de todos os indivíduos. Ao considerar as interações entre os diferentes aspectos do território, é possível promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, garantindo que todas as comunidades se beneficiem do desenvolvimento sustentável.

Com base nas concepções desses autores, fica claro que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1 e o conceito de território estão intimamente conectados, pois abrangem não apenas dimensões econômicas, mas também sociais e ambientais. Dessa forma, ao buscar alcançar os ODS 10, 11 e 1, é essencial compreender e considerar as dinâmicas territoriais, reconhecendo a interligação entre sociedade, natureza e o território.

Essa perspectiva integrada é essencial para assegurar que as políticas e ações de desenvolvimento sejam sustentáveis e capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente para as futuras gerações. Ao incorporar esses elementos nas estratégias de planejamento e execução, pode-se progredir em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável para todos.

A interconexão entre território e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo os ODS 10, 11 e 1, é cada vez mais evidente. Está-se percebendo cada vez mais claramente como essa conexão está intrinsecamente ligada e desempenha um papel relevante no avanço em direção ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a migração não é apenas uma questão de movimento de pessoas, mas está ligada às questões de pobreza, desigualdade socioeconômica e espacial, entre outros. Esses fatores afetam a capacidade dos migrantes de se adaptarem e prosperarem em novos territórios. A compreensão da conexão entre migração, território e os ODS é importante na implementação das políticas públicas eficazes para atingir as metas dos ODS.

Por exemplo, um estudo conduzido por Pierre (2022), intitulado "Migração e Segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba", destacou os desafios enfrentados pelos imigrantes no Brasil, especialmente em Curitiba, a capital do Paraná. A adaptação se mostra difícil devido a diversos fatores sociais, culturais e econômicos, mesmo que os imigrantes possuam habilidades e qualificações. O estudo discute também os obstáculos socioespaciais e econômicos decorrentes da segregação socioespacial e econômica. Esses aspectos sublinham a importância de políticas públicas que abordem não apenas a integração econômica, mas também a inclusão

social e espacial dos migrantes, visando garantir que eles possam contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades de acolhimento.

Em um estudo recente de Pierre (2023), intitulado "Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022", destaca-se a necessidade urgente de políticas públicas abrangentes para melhorar a qualidade de vida dos imigrantes, especialmente no que diz respeito à saúde. O autor enfatiza a importância de oferecer programas de capacitação profissional, apoio na busca por emprego, acesso a serviços de saúde, educação e moradia adequada, juntamente com suporte psicossocial. Pierre (2023) sugere que uma melhoria na situação financeira dos imigrantes pode ter um impacto positivo em suas decisões sobre moradia e alimentação. E argumenta que melhores condições de trabalho, habitação e salário estão relacionadas a uma maior probabilidade de adotar hábitos saudáveis e cuidar bem de si mesmos e de suas famílias. Além disso, destaca-se que políticas voltadas para melhorar as condições socioeconômicas desses imigrantes são cruciais para promover seu bem-estar físico, mental e social.

Rocha et al. (2020) investigaram a disponibilidade dos serviços públicos para migrantes haitianos no Brasil, considerando aspectos éticos e sociais. Da mesma forma, Leão et al. (2018) analisaram os desafios enfrentados por trabalhadores imigrantes haitianos em Mato Grosso, Brasil, ressaltando a influência do contexto socioeconômico. Esses estudos, em conjunto, fornecem uma compreensão das interações entre migração, território e os ODS 10, 11 e 1, que abordam questões como pobreza, acesso a moradia segura e adequada, etc. Essa compreensão permite uma visão mais completa dos desafios enfrentados pelos migrantes e das estratégias

necessárias para garantir sua inclusão e bem-estar nas comunidades de acolhimento brasileiras. É importante levar em consideração as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que influenciam sua integração e bem-estar. Ao adotar essa abordagem, pode-se criar ambientes urbanos mais resilientes e equitativos, onde todos os imigrantes possam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A situação de pobreza e vulnerabilidade testemunhada através desses estudos é uma realidade preocupante, agravada pela falta de políticas públicas direcionadas a essas comunidades. As políticas existentes muitas vezes carecem de uma abordagem integrada e abrangente, falhando em promover a integração socioeconômica e espacial desses grupos. O quadro abaixo faz parte do estudo realizado por Pierre (2023). Este estudo oferece dados sobre a situação dos imigrantes haitianos em Curitiba, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade em termos de marginalização social e saúde.

Quadro 1 - Aspectos da vida haitianos de 2023.

TRABALHO			
Está trabalhando	Não	20	38,5%
	Sim	32	61,5%
MORADIA			
Estado Físico Moradia	Terrível	1	1,9%
	Ruim	1	1,9%
	Aceitável	25	48,1%
	Bom	23	44,2%
	Muito bom	2	3,9%
SERVIÇOS SOCIAIS			
Beneficia Assistência Social	Não	27	51,9%
	Sim	16	30,8%
	Nunca procurei	9	17,3%
Beneficia ações saúde e proteção social	Não	6	11,5%
	Sim	46	88,5%

ATIVIDADE CULTURAL			
Acesso as atividades culturais	Não	23	44,2%
	Sim	29	55,8%

Fonte: Pierre, 2023.

Ao analisar este quadro 1 à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1, é possível observar algumas questões importantes: é inquietante que uma parte (38,5%) ainda esteja desempregada. Isso pode aumentar a vulnerabilidade social dessas pessoas, especialmente se estiverem desempregadas por um longo período, o que vai de encontro ao objetivo de reduzir as desigualdades (ODS 10). Também é alarmante que 3,8% tenham relatado condições habitacionais terríveis e 1,9% ruins. Isso sugere que ainda existem desafios em garantir moradia adequada, o que é essencial para erradicar a pobreza e promover uma melhor qualidade de vida (ODS 1).

No que diz respeito aos Serviços Sociais (ODS 10 e 11), a maioria (51,9%) afirmou não ter acesso a esses serviços. Isso pode indicar barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde e educação, o que é angustiante em termos de inclusão social (ODS 10) e garantia de uma vida digna para todos (ODS 11). Além disso, o fato de uma parte (17,3%) nunca ter procurado esses serviços sugere falta de conscientização ou dificuldades adicionais na obtenção de assistência, o que também é uma preocupação em termos de igualdade de acesso.

É alarmante também que quase metade (44,2%) não participe de atividades culturais. Isso pode indicar uma falta de oportunidades para participação e inclusão social, indo de encontro ao objetivo de reduzir as desigualdades e promover a coesão social (ODS 10 e 11).

Embora haja alguns aspectos positivos, como a maioria estar empregada e ter condições de moradia aceitáveis, ainda existem desafios em termos de acesso a serviços sociais e participação em atividades culturais. O quadro a seguir é parte do estudo realizado por Pierre (2022). Este estudo oferece dados sobre a situação dos imigrantes haitianos em Curitiba, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade em termos de salários.

Quadro 2 -Serviços e de Salários

Setor de Serviços	Salário ou ganho médio por mês
Auxiliar de cozinheiro	R\$ 100,00 - R\$ 1.234,00
Auxiliar de serviços gerais	R\$ 100,00 - R\$ 1.326,00
Estágio	R\$ 998,00 - R\$ 1.045,00
Auxiliar de estoque	R\$ 1.234,20 - R\$ 1.326,60
Professor	R\$ 998,00 - R\$ 1.045,00

Fonte: Pierre, 2022.

Ao analisar o quadro que apresenta os salários médios por mês em diferentes setores de serviços, é evidente a presença de disparidades que impactam diretamente nos objetivos dos ODS 10, 11 e 1. No ODS 10, voltado para a redução das desigualdades, percebe-se uma grande discrepância nos salários entre os distintos cargos nos setores de serviços. Enquanto os auxiliares de cozinheiro e serviços gerais recebem remunerações mais baixas, os auxiliares de estoque e professores tendem a ganhar mais. Essa discrepância salarial contribui para a intensificação das desigualdades socioeconômicas, dificultando a ascensão social e expondo aqueles em posições mais baixas a uma maior vulnerabilidade financeira.

No âmbito do ODS 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis, a análise dos salários está diretamente relacionada à questão da sustentabilidade urbana. Os salários mais baixos frequentemente indicam a presença de empregos informais ou

precários, que não proporcionam condições adequadas de trabalho nem uma remuneração justa. Essa realidade não apenas compromete a qualidade de vida dos imigrantes, mas também contribui para sua exclusão social em áreas urbanas. Além disso, salários baixos dificultam o acesso à moradia adequada e a serviços básicos, prejudicando o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Quanto ao ODS 1, voltado para a erradicação da pobreza, a disparidade nos salários desempenha um papel crucial. Salários mais baixos, especialmente aqueles abaixo do salário mínimo nacional, mantêm os imigrantes em uma situação de pobreza ou vulnerabilidade financeira. Isso perpetua um ciclo difícil de ser quebrado, pois os imigrantes têm pouca ou nenhuma capacidade de compra para atender às suas necessidades básicas e investir em educação ou saúde.

As disparidades salariais evidenciadas no quadro são reflexo de desafios para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10, 11 e 1. Elas sublinham a urgência de assegurar oportunidades equitativas para todos, independentemente de sua origem, como imigrantes ou nativos. O quadro a seguir é parte de uma pesquisa conduzida pelo autor em 2021, apresentando dados sobre a condição dos imigrantes haitianos em Curitiba. A pesquisa revela como a crise de saúde exacerbou as disparidades socioeconômicas entre os imigrantes, destacando dificuldades de acesso a serviços de saúde e problemas econômicos durante o confinamento.

Quadro 3 - Aspectos da vida haitianos no período de 2020-2021.

TRABALHO	
Não estão trabalhando	64,7%

Estão trabalhando	35,3%
SETOR DE TRABALHO	
Setor informal	13,4%
Setor formal	86,6%
SITUAÇÃO ECONÔMICA	
Ruim	55,9%
Muito ruim	20,6%
Boa	23,5%
MORADIA	
Casas	41,2%
Apartamentos	44,1%
Pensionatos	14,7%

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Ao analisar o quadro 2 à luz dos Propósitos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 10 e 11, nota-se diversas questões essenciais. Relativamente ao Emprego (ODS 1 e 10), uma proporção significativa (64,7%) encontra-se desempregada, possivelmente sugerindo ausência de oportunidades laborais ou obstáculos na inserção no mercado de trabalho, evidenciando desafios na asseguarção de empregos decentes e crescimento econômico para todos (ODS 1). No Domínio Laboral (ODS 10), é desconfortante que uma parte (13,4%) permaneça no setor não formal, indicando possível ausência de salvaguardas sociais e fragilidade financeira para estes trabalhadores.

Quanto à Situação Financeira (ODS 1), a maioria reportou situação econômica precária (55,9%) ou muito precária (20,6%), sublinhando a urgência de políticas e iniciativas para melhorar a situação financeira destes indivíduos, em consonância com o propósito de erradicar a pobreza (ODS 1). No que diz respeito à Habitação (ODS 11), 14,7% residem em pensões, o que pode indicar condições habitacionais insatisfatórias ou superlotação, contrariando o objetivo de garantir habitação adequada e acessível para todos. Estes dados enfatizam a importância de abordagens integradas para

enfrentar os desafios enfrentados por estas comunidades e promover o avanço em direção aos ODS.

Diante da análise dos dados extraídos dos três quadros à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), emergem preocupações substanciais. No quadro 1, salientam-se a preocupante taxa de desemprego (38,5%) e as condições habitacionais precárias (3,8%). Além disso, o acesso limitado aos serviços sociais (51,9%) e a baixa participação em atividades culturais (44,2%) são alarmantes. Apesar de alguns aspectos positivos, como a existência de emprego e condições habitacionais razoáveis, ainda se enfrentam desafios em termos de inclusão social e acesso a serviços.

No quadro 2, é evidente a elevada taxa de desemprego (64,7%) e a considerável presença no setor informal (13,4%). A situação econômica suscita preocupações, com a maioria dos entrevistados relatando dificuldades financeiras. Quanto à moradia, uma parcela significativa reside em pensionatos (14,7%), indicando problemas habitacionais. Essas questões exigem a implementação de políticas e programas eficazes alinhados aos ODS para promover o bem-estar e a igualdade para todos.

As disparidades salariais evidenciadas no quadro 3 também refletem desafios impactantes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10, 11 e 1. Elas ressaltam a urgência de garantir oportunidades equitativas para todos, independentemente de sua origem como imigrantes ou nativos. Esses desafios demandam uma abordagem holística

e colaborativa para criar sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Políticas de integração de migrantes no paraná: avanços e desafios

O contexto atual destaca a migra o como um dos desafios mais urgentes e complexos enfrentados pelas sociedades contemporâneas. O estado do Paraná não permanece alheio a essa questão, adotando uma postura proativa e engajada em atender às demandas das comunidades imigrantes. Através do estabelecimento do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM), conforme delineado pelo Artigo 5  do Decreto Estadual n  4289/12, o Paraná demonstra sua determina o em enfrentar esses desafios. Como resultado direto dessa medida, foi concebido e implementado o primeiro Plano Estadual de Políticas de Aten o a Refugiados e Migrantes. Este plano representa um marco primordial na abordagem das necessidades específicas e das dificuldades enfrentadas por essas comunidades vulneráveis dentro do estado. O principal propósito deste plano é tornar mais acessíveis as políticas públicas para os imigrantes (Governo do Paraná, 2014).

Para isso, ele busca promover e defender os direitos de refugiados, migrantes e apátridas no estado, sendo organizado em eixos temáticos que abordam áreas como Educa o, Família e Desenvolvimento Social, Saúde, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Segurança Pública e Trabalho. Cada um desses eixos temáticos cont m a oes específicas, com metas, indicadores, parcerias, prazos e orçamentos claramente definidos. Essa estrutura visa permitir que a sociedade civil, órgãos e entidades estatais e

demais interessados possam acompanhar e fiscalizar de forma objetiva as ações previstas no Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (Governo do Paraná, 2014).

Os objetivos fundamentais deste plano são fornecer os meios necessários para construir e implementar políticas públicas que protejam e promovam os direitos da população migrante, refugiada e apátrida no Paraná, além de garantir a efetivação dos direitos e garantias individuais e sociais desses cidadãos. Além disso, busca-se promover a cooperação entre os órgãos e entidades do Poder Público Estadual, visando à eliminação do preconceito e à promoção do respeito entre os povos. Essa abordagem também permite o monitoramento e a avaliação contínua das ações propostas no plano (Governo do Paraná, 2014).

Segundo o Governo do Paraná (2022), do total de 21 ações planejadas no primeiro plano, 17 foram executadas, sendo 9 concluídas integralmente, 8 parcialmente e 4 não implementadas, o que resulta em um índice de realização de aproximadamente 80,9%. Cerca de 42,8% das ações foram totalmente concluídas, enquanto 38% foram parcialmente realizadas, e as não implementadas correspondem a cerca de 19% do total. De acordo com o governo do Paraná (2022), o plano teve uma duração de 3 anos e foi lançado numa fase inicial da política para imigrantes e refugiados, o que pode ter influenciado a execução das ações. Muitas das ações não realizadas são de grande importância, ressaltando a necessidade de sua continuidade.

Por isso, foi elaborada uma segunda versão do Plano, com uma abordagem intersetorial, visando proporcionar meios para a construção e implementação de políticas públicas voltadas à

promoção e defesa dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas no Estado do Paraná. O objetivo é garantir a efetivação dos direitos humanos e garantias fundamentais dessa população, combatendo o racismo, a xenofobia e outras formas de preconceito, além de promover o monitoramento e avaliação das políticas públicas. Além disso, busca-se incentivar o diálogo entre o Poder Público e organizações da sociedade civil para a elaboração e efetivação de políticas públicas que promovam os direitos humanos. Isso inclui ajustes em certos eixos, como, por exemplo, o eixo II, que passa a ser "Família e Desenvolvimento Social", e o eixo IV, ampliado para "Justiça, Trabalho e Direitos Humanos", além da adição de novos eixos, como o eixo VI, voltado para "Comunicação Social e Cultura" (Governo do Paraná, 2022).

O esforço contínuo para incluir as demandas dos migrantes nas políticas públicas do Paraná é vital para assegurar seus direitos e promover sua integração na sociedade. É evidente que ainda há muito por fazer, ressaltando a importância de avançar no segundo Plano. Os dois planos enfrentam desafios, mas é relevante estabelecer mecanismos de controle social para garantir o acompanhamento e a implementação das ações propostas. Esse compromisso é essencial para construir um Paraná mais justo e inclusivo para todos.

Para alcançar um Paraná verdadeiramente justo e inclusivo para todos, é essencial enfrentar as questões de pobreza e vulnerabilidade que afetam várias comunidades, especialmente os imigrantes. Muitas vezes, as políticas públicas não conseguem compreender completamente a extensão da desigualdade e dos desafios enfrentados por esses grupos, tanto em termos de integração socioeconômica quanto espacial. A falta de atenção pode agravar

ainda mais a situação, deixando muitos imigrantes em situações precárias e desprotegidos. É fundamental que as políticas sejam desenvolvidas de maneira a lidar eficazmente com esses problemas. Quando esses aspectos não são considerados na formulação das políticas públicas destinadas a essas populações, isso cria a sensação de que seus direitos humanos são desrespeitados. Essa situação resulta no abandono por parte do Estado, o que os exclui social, cultural, espacial e economicamente, comprometendo os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado do Paraná.

A análise da pobreza e vulnerabilidade enfrentadas pelos imigrantes no território urbano do Paraná revela uma dualidade marcante, como destacado por diversos pesquisadores, incluindo Cabral (2018) e Ribeiro e Beloto (2020). Nesse contexto, coexistem grandes riquezas e profundas carências, juntamente com a persistência das desigualdades em diferentes estratos sociais. Carvalho (2014) salienta a precariedade do território urbano para muitos grupos sociais, refletindo-se em uma paisagem urbana caracterizada pela segregação, escassez de infraestrutura e marginalização. Essa situação promove uma economia informal, na qual o subemprego, a baixa renda e as condições habitacionais inadequadas são comuns, levando à exclusão desses grupos dos serviços e benefícios disponibilizados pela sociedade. Como consequência, o bem-estar, a moradia segura e o acesso aos serviços básicos tornam-se limitados para muitos grupos de imigrantes que residem nas periferias urbanas.

Nesse contexto, a iniciativa do estado do Paraná em estabelecer o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM) e desenvolver o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e

Migrantes é um passo importante para enfrentar os desafios enfrentados por essas comunidades. No entanto, mesmo com o esforço empenhado, há desafios persistentes a serem superados. O primeiro plano teve um índice de realização considerável, mas ainda há ações importantes que não foram executadas integralmente. A continuidade dessas ações é fundamental para garantir o progresso no tratamento das demandas dos migrantes. O segundo plano, com ajustes e inclusões, demonstra um compromisso renovado em lidar com as questões enfrentadas por essas comunidades. Entretanto, há desafios a enfrentar, como a falta de espaços de diálogo inclusivos. A implementação eficaz desses planos requer mecanismos de controle social que garantam o acompanhamento e a execução das ações propostas.

Ademais, é essencial reconhecer a dicotomia da realidade cidadina na capital paranaense, onde coexistem vastas fortunas e profundas exclusões. A segregação geográfica, a escassez de estrutura e a marginalização contribuem para a exclusão de grupos vulneráveis, como os imigrantes, dos privilégios da sociedade paranaense. Para atingir uma sociedade mais equitativa e abrangente, é imperativo abordar eficazmente as questões de pobreza e vulnerabilidade enfrentadas pelos imigrantes. Isso requer políticas públicas inclusivas que levem em conta a complexidade desses desafios e garantam um acesso imparcial aos serviços primordiais e às oportunidades socioeconômicas. Apenas assim será viável progredir rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e fomentar um Paraná verdadeiramente inclusivo para todos os habitantes, independentemente de sua procedência ou condição migratória.

Considerações finais

O estudo aponta desafios importantes relacionados ao emprego, moradia, acesso a serviços sociais e condições econômicas, destacando a necessidade de mais oportunidades de trabalho e empregos dignos. A falta de acesso a serviços sociais, como moradia, cria barreiras para a inclusão social e o bem-estar geral dos imigrantes. Além disso, as más condições de habitação e a situação econômica difícil ressaltam a urgência de políticas e programas para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza.

Bem como destaca a importância dos Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes do Paraná como uma estrutura fundamental para atender às necessidades dessas comunidades. No entanto, são apontadas algumas falhas na implementação prática desses planos, como a necessidade de uma abordagem mais inclusiva que leve em consideração diferentes perspectivas. Embora o segundo plano represente avanços notáveis, a identificação de ações não realizadas no primeiro plano destaca áreas que precisam de atenção constante. Sua formulação demonstra um renovado compromisso em promover os direitos humanos e combater o preconceito contra essas comunidades, com foco em questões-chave como desenvolvimento social e cultura, visando melhor atender às necessidades dos migrantes, refugiados e apátridas no Paraná.

Para futuras pesquisas, sugere-se uma análise mais aprofundada da implementação prática dos planos, incluindo uma avaliação detalhada dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Além disso, é relevante explorar estratégias para promover uma participação mais inclusiva de grupos de imigrantes e refugiados na formulação e implementação de políticas públicas. Também é recomendado investigar o impacto das mudanças nos eixos do segundo plano e sua eficácia na abordagem das necessidades dessas comunidades. Por fim, encoraja-se uma análise comparativa com outras iniciativas similares em diferentes estados ou países para identificar melhores práticas e lições aprendidas. Essas abordagens podem contribuir significativamente para o aprimoramento contínuo das políticas públicas voltadas para migrantes, refugiados e apátridas no Paraná e além.

Referencias

BORGES, Thayná Gava. Aspectos Conceituais da Feminização da Pobreza e sua Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: JUBILUT, Liliana Lyra et al. **Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 56-69.

BESSEN, Fabiola Graciele et al. Território, desenvolvimento e sustentabilidade. **Revista Grifos**, n. 49, p. 90-108, 2020.

CABRAL, Márcio Pereira. **TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA: as transformações no centro de porto alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017**. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Geociências, Porto Alegre/Rs, 2018. Cap. 4. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188389/001086148.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CARVALHO, André de Souza. **VIVENDO ÀS MARGENS**: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba. 2014. 309 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Cap. 7. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129103/329351.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jan. 2024.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **I Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014-2016**. Palácio das Araucárias, 2014. 31 p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **II Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2022-2025**. Palácio das Araucárias, 2022. 68 p.

HAESBAERT, Rogério. Sociedades biopolíticas de insegurança e descontrole dos territórios. In: OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

HOLSTON, James. A cidadania estranhada. In: HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução Claudio Carina, Revisão técnica Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 21-29.

LEÃO, Luís Henrique da Costa et al. La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos. *Salud Colectiva*, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 779, 16 dez. 2018. Universidad Nacional de Lanus. <http://dx.doi.org/10.18294/sc.2018.1391>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de Programas e Ações**: informações demográficas [Internet]. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social; 05 de dezembro de 2023 [acesso em 18 de março de 2024]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>.

NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 ago. 2023.

OBMIGRA. **Relatório Anual OBMigra**. Brasília, DF, 2023.

PIERRE, Dieugo. Um migração e segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba. **Terra Livre**, v. 37, n. 58, p. 197-222, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2284>.

PIERRE, Dieugo. Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022. **Pleamar. Revista del Departamento de Geografía**, n. 3, p. 31-55, 2023. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pleamar/index>.

PIERRE, Dieugo. **Desigualdade social diante do COVID-19 no período de confinamento**: O caso dos imigrantes haitianos. (Relatório de Iniciação Científica); PROGRAMA IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Curitiba. 2021.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo, considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo ;, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

RIBEIRO, Rossetto; BELOTO, Elizete. A organização do território urbano a partir da relação porto-cidade e seu reflexo na forma urbana. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190267, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.20190267>.

ROCHA, Anna Silvia Penteado Setti da; CUNHA, Thiago Rocha da; GUIOTOKU, Sandra; MOYSÉS, Simone Tetu. Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 384-389, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422020282400>.

SCHUBERT, Marcus Vinicius Porcaro Nunes; RAMINA, Larissa. Pobreza e Capacidades: uma crítica do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para 2030. In: JUBILUT, Liliana Lyra et al. **Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. **Expressão Popular**, São Paulo: 2009. p. 73-94. (Geografia em Movimento).

SOUSA, Angélica Silva De et al. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021, p. 64-83.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SOARES, Reginaldo Muniz. Produção desigual do espaço urbano: uma análise a partir do surgimento dos loteamentos fechados na zona urbana de Teresina/Piauí. **Geografia: Publicações Avulsas**, Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, p. 188-208, jul./dez. 2021.

SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Pandemia, desigualdade e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 38, n° 111, e3811025, 2023.

Submetido em: 20 de março de 2024

Devolvido para revisão em: 24 de maio de 2024

Aprovado em: 28 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3370

COMO CITAR:

PIERRE, D. Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 136-168.

Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3370>. Acesso em: dd/mm/aaaa.